

#### **4 – CARACTERIZAÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DA PARAÍBA**

A **Lei Federal N° 9.433, de 08/01/1997**, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos é considerada uma lei atual, avançada e importante para o ordenamento dos recursos hídricos nacionais, que proclama os princípios básicos atualmente praticados nos países que mais avançaram na gestão de suas águas, quais sejam:

- considerar a água como um bem público;
- adotar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão;
- estimular o uso múltiplo das águas;
- reconhecer a água como um bem finito e vulnerável, dotado de valor econômico.

A legislação sobre recursos hídricos do Estado da Paraíba contempla os principais pontos abrangidos pela Política Estadual de Águas. Esse acervo jurídico teve início com a **Lei N° 6.308/1996** e atualmente já conta um número expressivo de diplomas legais, compreendendo sete leis, doze decretos e três resoluções do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela **Lei N° 6.308, de 02/07/1996**, prevê os seguintes instrumentos para a sua execução:

- I - Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGERH);
- II - Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH);
- III - Planos e Programas Intergovernamentais.

Como instrumentos de gestão de recursos hídricos, a Política Estadual de Recursos Hídricos contempla:

- I – A Outorga de Direito de Uso da Água;
- II – A Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos;
- III – O Rateio dos Custos de Obras de Uso Múltiplo.

A **Lei Estadual N° 6.308/1996** também criou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, com a finalidade de oferecer suporte financeiro à execução da Política Estadual de Recursos Hídricos. Apesar de sido instituído desde 1996 e regulamentado em 1997, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos continua desativado. Trata-se de um importante instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos que necessita ser implementado.

Desde a sua criação, ao longo do tempo o FERH teve seu gerenciamento atribuído a três órgãos distintos (SEPLAN, SEMARH e AAGISA) e seu regulamento já sofreu diversas modificações. Assim, é conveniente que seja feita uma revisão em todos os aspectos legais e institucionais do Fundo e elaborada uma proposta que proporcione condições para seu pleno funcionamento.

O Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos é composto pelos seguintes órgãos:

- I – Órgão de Deliberação: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;
- II – Órgão de Coordenação: Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente – SECTMA;
- III – Órgão de Gestão: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA;
- IV – Órgãos de Gestão Participativa e Descentralizada: Comitês de Bacias Hidrográficas

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, criado pela **Lei N.º 6.308, de 02 de julho de 1996**, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, é um órgão de coordenação, fiscalização, deliberação coletiva e de caráter normativo do Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGERH.

A SECTMA foi criada pela **Lei Complementar N.º 67, de 07/07/2005**, e se constitui em um órgão da Administração Direta do Poder Executivo, integrante do Núcleo Operacional Finalístico, responsável pela implantação e implementação das ações inerentes ao comando, à coordenação, à execução, ao controle e à orientação normativa das atividades concernentes à ciência, à tecnologia, à inovação, ao meio ambiente e aos recursos naturais.

A AESA, criada pela **Lei n.º 7.779, de 07/07/2005**, sob a forma jurídica de uma Autarquia, com autonomia administrativa e financeira, está vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente - SECTMA.

Conforme o Art. 3º da lei acima citada, “São objetivos da AESA, o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais de domínio do Estado da Paraíba, de águas originárias de bacias hidrográficas localizadas em outros Estados que lhe sejam transferidas através de obras implantadas pelo Governo Federal e, por delegação, na forma da Lei, de águas de domínio da União que ocorrem em território do Estado da Paraíba.”.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados, compostos pelo poder público, usuários de água e sociedade civil organizada, tendo como objetivo principal o gerenciamento das águas de uma ou mais bacias hidrográficas, de forma descentralizada e participativa. A participação dos Comitês de Bacias no SIGERH é prevista na **Resolução N.º 01, de 06/08/2003 (Art. 1º, § 1º)**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Com a aprovação da **Lei N.º 6.308/96**, que instituiu a Política de Recursos Hídricos da Paraíba e com a criação da Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais da Paraíba - SEMARH/PB, através da **Lei N.º 6.544/97**, foram desenvolvidos Planos Diretores de quase todas as bacias hidrográficas do Estado e outros estudos concernentes a implementação da política de gerenciamento do Estado.

Existem 10 (dez) Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas concluídos na Paraíba e um na fase de conclusão, cobrindo praticamente a totalidade da superfície do Estado.

Os Planos e Programas Intergovernamentais são considerados como instrumentos de execução da Política Estadual de Recursos Hídricos. A partir da criação da SEMARH, em 1997, foram celebrados vários Convênios com entidades nacionais e internacionais, que em muito têm contribuído para o desenvolvimento da Política Estadual de Recursos Hídricos: Convênio Governo do Estado/SEMARH/BID/UNESCO, Convênio DNOCS/Governo do

Estado/SEMARH, Convênio Governo do Estado/SEMARH/PROÁGUA Semi-Árido, Convênio Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais Integrados e o Estado da Paraíba/SEMARH, e o Convênio CHESF/SEMARH.

#### 4.1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS

A Política Estadual de Recursos Hídricos foi a origem dos diplomas legais que constituem o seu arcabouço jurídico. Vale ressaltar a existência dos Preceitos Constitucionais sobre Recursos Hídricos presentes na Constituição Estadual de 1998, todos da maior importância para a consolidação da nossa Política de Águas.

Por intermédio dessa legislação foram criados, instituídos e regulamentados os organismos e instrumentos necessários à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Na prática da implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, observa-se a necessidade de uma revisão nos aspectos legais e institucionais dos órgãos e instrumentos que a compõem, com a finalidade de racionalizar e agilizar as ações de planejamento, desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos estaduais.

**Tabela 16 – Sugestões sobre Revisão dos Aspectos Jurídicos e Institucionais**

Órgão/Instrumento	Legislação Pertinente	Sugestões
Política Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 6.544/1997 Lei N° 7.033/2001	Revisão na lei que instituiu a Política Estadual de Águas, inclusive as alterações introduzidas por outras leis, com ênfase para os seguintes pontos: i) Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos; ii) composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; iii) Plano Estadual de Recursos Hídricos; iv) Planos e Programas Intergovernamentais; e v) Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
Conselho Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 6.544/1997 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 18.824/1997 Decreto N° 19.256/1997 Decreto N° 18.827/1997	Análise de toda a legislação relacionada com o Conselho e proposta de revisão do Regimento Interno, com referência a: i) Natureza e Objetivos; ii) Composição; e iii) Estrutura Básica.
Outorga de Direito de Uso de Água	Lei N° 6.308/1996 Decreto N° 19.260/1997	Revisão da legislação alusiva à outorga, com proposta de possíveis alterações.
Controle Técnico de Obras Hídricas	Lei N° 6.308/1996 Decreto N° 19.258/1997	Revisão da legislação referente à expedição de licença para a implantação de obra hídrica, especialmente quanto aos seguintes assuntos: i) inexigibilidade da licença; ii) infrações, iii) penalidades; e iv) fiscalização.
Cobrança pelo Uso de Água Bruta	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 19.260/1997	i) Análise dos aspectos legais e institucionais da cobrança, com proposta de alterações julgadas necessárias; e ii) elaboração de minuta de Decreto contendo proposta de tarifas para implementação da cobrança.
Fundo Estadual de Recursos Hídricos	Lei N° 6.308/1996 Lei N° 7.033/2001 Decreto N° 18.823/1997 Decreto N° 19.256/1997	Revisão dos aspectos jurídicos, institucionais e administrativos do Fundo.